Senado Federal

JORNAL DE BRASÍLIA 24 OUT 2007

CPMF | ARQUIVAMENTO DA REPRESENTAÇÃO CONTRA EDUARDO AZEREDO FACILITA AS NEGOCIAÇÕES COM OS TUCANOS

Acordão garante apoio do PSDB

A decisão da Mesa Diretora do Senado de arquivar a representação do PSOL por quebra de decoro parlamentar contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) abriu a negociação entre o Governo e a bancada do PSDB sobre prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011.

Os tucanos deram 15 dias de prazo para o Palácio do Planalto apresentar uma sugestão para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prorroga a cobrança.

Oficialmente, o acordão que beneficiou Azeredo – acusado de envolvimento com o mensalão tucano pelo uso de caixa dois na campanha eleitoral de 1998 – e permitiu a negociação da CPMF é negado por integrantes do PSDB e da base governista.

A estratégia foi traçada nos bastidores para assegurar benefícios para os dois lados. "Não houve acordo algum. Isso é bobagem. O caso do Azeredo não merecia sequer discussão, pois ocorreu antes dele se eleger senador. Então, não poderia ter continuidade aqui (no Senado)", afirmou o vice-líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR).

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) também negou o acordão. "Não tem acordão. Não foi tratado nada disso. Havia uma decisão anterior relacionada ao senador Gim Argello (PTB-DF) que acabou tendo relação com o caso do Azeredo", disse ele referindo-se à decisão anterior da Mesa de arquivar representação contra Argello por atos supostamente cometidos antes de assumir o mandato de senador.

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) disse desconhecer um suposto acordo, mas

> "Não houve acordo algum. Isso é bobagem. O caso do Azeredo não merecia sequer discussão"
>
> SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)

afirmou que "sem o PSDB, o Governo não consegue aprovar a CPMF. Isso é certo".

Conseqüências

Os efeitos práticos do acordo poderão ser colhidos pelo Governo nos próximos dias. É que o PSDB deu 15 dias de prazo para o Palácio do Planalto apresentar propostas de desoneração tributária.

Os governadores, liderados por José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), querem que o Governo garanta a redução da alíquota de 0,38% da CPMF a partir de 2008. Eles também pleiteiam a desoneração do PIS/Cofins das empresas de saneamento estadual.

Paralelamente às reivindicações dos tucanos, o Governo decidiu suspender a visita do ministro Walfrido dos Mares Guia (Relações Institucionais) ao Senado, ontem. O receio era que a presença dele pudesse ser interpretada como uma interferência direta na Casa.

Os governistas decidiram que as articulações serão mantidas em nível técnico – por isso aceitaram a conversa com o ministro Guido Mantega (Fazenda), amanhã, com os líderes partidários.

LEOPOLDO SILVA/AGÊNCIA SENADO

ÁLVARO REBATEU VEEMENTEMENTE A SÚBITA BOA VONTADE TUCANA